

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUANA MARGARETE GEIGER

**A POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA:
DISSUAÇÃO, NACIONALISMO E RELAÇÕES REGIONAIS**

Porto Alegre

2018

LUANA MARGARETE GEIGER

**A POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA:
DISSUAÇÃO, NACIONALISMO E RELAÇÕES REGIONAIS**

Trabalho Final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Geiger, Luana Margarete
A Política Nuclear Norte-coreana: dissuasão,
nacionalismo e relações regionais / Luana Margarete
Geiger. -- 2018.
45 f.
Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política Nuclear Norte-coreana. 2. Coreia do
Norte. 3. Dissuasão. 4. Programa Nuclear. 5.
Nacionalismo. I. Pereira, Analúcia Danilevicz,
orient. II. Título.

LUANA MARGARETE GEIGER

**A POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA:
DISSUASÃO, NACIONALISMO E RELAÇÕES REGIONAIS**

Trabalho Final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
ESPM

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pela oportunidade de concluir mais esta etapa em minha formação acadêmica. Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, por acreditar no projeto que deu início ao trabalho aqui desenvolvido e pelo suporte necessário para finalizar o mestrado e iniciar as preparações para o doutorado. Sou grata pela confiança.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por viabilizar a realização das pesquisas que resultaram na presente dissertação e por permitir que me dedicasse com exclusividade ao mestrado.

Ciente do impacto e da importância dos professores, ao longo de toda a trajetória acadêmica, no desempenho dos alunos, não poderia deixar de reconhecer e mencionar o Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam e a Prof.^a Dra. Ana Simão, cujos ensinamentos e conselhos são frequentemente lembrados.

Sou grata também aos colegas e amigos que conheci nos últimos dois anos e com quem compartilhei, não apenas aprendizados e conhecimento, mas também desafios e incertezas. A experiência acadêmica certamente se tornou mais rica e prazerosa estando rodeada por fontes de inspiração.

Por fim, sou extremamente grata aos meus pais, por sempre priorizarem e prezarem pela educação dos filhos, pelo incentivo aos estudos, por compreenderem minhas escolhas e pelo apoio na busca dos meus objetivos.

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a política nuclear norte-coreana e analisa as suas origens e motivações históricas. O programa nuclear começou a ser desenvolvido na década de 1950 e evoluiu paulatinamente ao longo das três gerações do regime Kim (Kim Il Sung, Kim Jong Il, Kim Jong Un). A compreensão do que está por trás da política nuclear pressupõe o estudo das relações regionais que compõem as dinâmicas do Nordeste Asiático e envolvem os interesses, não apenas das duas Coreias, mas também da China, da Rússia, do Japão e dos Estados Unidos. A percepção das assimetrias regionais, bem como concepções acerca da política externa pós-revolucionária, contribuem para o entendimento da racionalidade da política nuclear da Coreia do Norte. A partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema e da análise histórica do desenvolvimento nuclear norte-coreano, concluiu-se que a política nuclear é trabalhada como recurso de dissuasão e é elemento fundamental da estratégia de sobrevivência nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Nuclear Norte-coreano. Coreia do Norte. Política Nuclear. Nordeste Asiático. Nacionalismo. Dissuasão.

ABSTRACT

The purpose of this article is to study the North Korean nuclear policy, analyzing its origins and historical motivations. The development of the nuclear program began in the 1950s and evolved gradually over the three generations of the Kim regime (Kim Il Sung, Kim Jong Il, Kim Jong Un). Understanding what lies behind the nuclear policy presupposes studying the regional relations that create the dynamics of Northeast Asia and engulf not only the interests of the two Koreas but also of China, Russia, Japan and the United States. The perception of regional asymmetries, as well as conceptions related to post-revolutionary foreign policy, contribute to the comprehension of the rationality behind North Korea's nuclear policy. Through the literature review of the relevant bibliography and the historical analysis of North Korean nuclear development, it was concluded that the nuclear policy is conducted to provide deterrence and represents a fundamental component of the national survival strategy.

Keywords: North Korean Nuclear Development. North Korea. Nuclear policy. Northeast Asia. Nationalism. Deterrence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA.....	10
2.1 Kim Il Sung e a Doutrina <i>Zuche</i>	10
2.2 Kim Jong Il e a Política <i>Songun</i>	15
2.3 Kim Jong Un e a Linha <i>Byungjŏng</i>	18
3 CONDICIONANTES EXTERNOS: O CONTEXTO REGIONAL DO NORDESTE ASIÁTICO.....	22
4 A DIPLOMACIA NUCLEAR COMO POLÍTICA DISSUASÓRIA DO ESTADO NORTE-COREANO.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação, em 1948, a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) é pauta da agenda diplomática das grandes potências. O desenvolvimento nuclear do país, por sua vez, desafia a autoridade da ordem nuclear estabelecida pelo Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e é tema frequente entre os discursos oficiais das potências nucleares. A complexidade das dinâmicas em jogo no Nordeste Asiático, bem como as incompreensões históricas a respeito da península, resultam na ausência de análises aprofundadas acerca das reais motivações por trás da política nuclear norte-coreana. Apesar dos diversos diagnósticos que previam o colapso do regime, contudo, o país não apenas resiste aos desafios internos e às pressões externas, como também avança os seus programas nuclear e de mísseis balísticos. A política nuclear faz parte de um projeto estratégico nacional cujo objetivo primordial é garantir a sobrevivência do regime, o desenvolvimento econômico e a inserção internacional na condição de potência nuclear.

O programa nuclear norte-coreano advém de um processo histórico que data da segunda metade da década de 1950 e que foi amadurecendo através da cooperação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos esforços nacionais no sentido de desenvolver tecnologia própria na área. Atualmente, a Coreia do Norte detém um programa ativo, tendo realizado testes com dispositivos nucleares em 2006, 2009, 2013, 2016 e 2017. O país também detém a capacidade de enriquecer urânio e de produzir armamento a partir de plutônio (NTI, 2018). Embora os testes realizados por Pyongyang alterem as dinâmicas regionais e sejam interpretados como provocações, são parte de um projeto sistemático de desenvolvimento, que tem como base a doutrina *Zuche*, e é trabalhado desde o início como um recurso de dissuasão.

Neste sentido, Cha e Kang (2003) explicam que a Coreia do Norte é complexa, porém não age de forma irracional, existindo uma base que fundamenta e orienta a sua diplomacia nuclear. Segundo Cumings (2004), o princípio que guia as políticas norte-coreanas deriva do *Zuche*, filosofia que visa a autossuficiência e a independência política, econômica, ideológica e de defesa. As raízes do *Zuche* estão profundamente ligadas à história moderna da Coreia e remontam aos diferentes contextos em que o país teve a autonomia e a autoafirmação como objetivos principais, sobretudo durante o período colonial e a Guerra da Coreia (ARMSTRONG, 2008).

Apesar da existência de vasta literatura tratando da RPDC, poucas bibliografias superam a imagem que retrata o regime como ator irracional ou ilógico. Como aponta Kang

(2003), emoção e ideologia têm frequentemente interferido no estudo racional da Coreia do Norte, o que tem feito com que acadêmicos e formuladores políticos constantemente superestimem a ameaça norte-coreana e interpretem de forma equivocada as motivações por trás das ações do país. O presente estudo almeja ultrapassar estas interpretações e compreender o que fundamenta a ambição nuclear do país. As análises aqui propostas, portanto, visam responder à seguinte questão: quais são as origens e os objetivos da política nuclear norte-coreana?

A hipótese formulada e que permeia o trabalho é que a política nuclear representa elemento dissuasório, fundamental ao projeto estratégico de sobrevivência da Coreia do Norte, e tem origem nas relações regionais desenvolvidas ao longo da sua história nacional moderna. A compreensão da diplomacia nuclear norte-coreana pressupõe, portanto, o estudo geopolítico do Nordeste Asiático, que abrange as políticas externas da China, do Japão, da Rússia, dos Estados Unidos, além das duas Coreias. A complexidade das interações das potências extrapola a lógica tradicional de alianças pós-Guerra Fria e sobrepõe, num mesmo cenário, interesses nacionais, regionais e globais. Situada no centro das disputas envolvendo o Nordeste Asiático, a península coreana sofreu, ao longo dos séculos, uma série de invasões, ataques e dominações externas. Após a divisão da península, a Coreia do Norte herdou a memória das ingerências externas e traduz os traumas destas experiências na condução da sua política exterior. Considerando que a geografia segue condicionando a realidade coreana e impactando os seus cálculos estratégicos, o desenvolvimento nuclear é visto como o único recurso capaz de obter um posicionamento externo mais altivo frente aos gigantes regionais.

Além do âmbito regional, a compreensão das origens da política nuclear exige que sejam observadas as assimetrias do sistema internacional e entre os países do Nordeste Asiático. A política externa dos Estados revolucionários é determinada, em grande parte, pela percepção da existência dessas assimetrias. Considerando que os ideais revolucionários seguem presentes na Coreia do Norte, posicionando-a contra a ordem internacional capitalista, o país é tratado como ameaça e é constantemente punido com sanções econômicas e comerciais. A breve consideração sobre as assimetrias internacionais, bem como as noções de nacionalismo, autonomia e da política externa pós-revolucionária, são apresentadas com base nos trabalhos de Brucan (1974) e Halliday (1994, 1999). Tais concepções, combinadas com os determinantes regionais, são importantes para que se entenda a visão de mundo que motiva os objetivos nacionais norte-coreanos.

O controle de armas nucleares é visto como uma decisão vital e um elemento indispensável para restabelecer certo equilíbrio estratégico no Nordeste Asiático e garantir

autonomia securitária. Percebendo a assimetria de forças em relação às grandes potências, Cumings (2004) destaca o objetivo de defesa à luz da experiência traumática que a Coreia vivenciou. Ressalta-se que a memória desses episódios criou uma forte consciência no sentido de garantir a própria integridade física do Estado. Assim como o regime busca autonomia política e econômica, busca também autonomia securitária por meio do programa nuclear.

O presente artigo configura um estudo de caso e a vertente de pesquisa definida para a estruturação da análise foi a qualitativa, de tipo exploratória, tendo como método de pesquisa a análise histórica, realizada através da revisão bibliográfica pertinente ao tema. A partir do estudo da evolução do desenvolvimento nuclear norte-coreano e das dinâmicas regionais que condicionam a sua atuação externa, pretende-se construir uma análise multidimensional, em que as relações regionais são apresentadas como o cerne dos problemas do país. Da questão geopolítica, portanto, se ramificam outras necessidades que explicam as motivações por trás da estruturação de uma política nuclear. Pretende-se, assim, contribuir com estudos subsequentes acerca do tema, que se desenrola conforme os avanços da questão nuclear.

Visando responder à questão que deu origem ao estudo, foi delimitado o seguinte objetivo geral: analisar de que forma a história moderna da península, bem como a sua realidade geopolítica, impactam a condução da sua política externa e no desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte. De forma a contribuir com o objetivo geral do artigo, foram elencados os seguintes objetivos específicos: estudar a evolução do desenvolvimento nuclear ao longo dos governos dos três líderes norte-coreanos (Kim Il Sung, Kim Jong Il e Kim Jong Un); analisar a realidade geopolítica da península coreana; explicar os impactos da realidade regional coreana na formação da sua visão de mundo e na condução da sua política externa; e identificar o papel da política nuclear na estratégia nacional do país.

Para cumprir com tais objetivos, o presente estudo é dividido em três seções. Na primeira, é realizada uma síntese da evolução do desenvolvimento nuclear do país, destacando os principais desdobramentos, bem como os objetivos estabelecidos ao longo das três gerações de governantes da família Kim. A segunda seção aborda o condicionante regional e as dinâmicas envolvendo os atores do Nordeste Asiático. A última seção, por fim, sintetiza a racionalidade que guia a política externa norte-coreana e explica de que forma a política nuclear se enquadra na estratégia nacional de sobrevivência.

2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA

A política nuclear representa um dos elementos do projeto de sobrevivência nacional da Coreia do Norte desde o período pós-Guerra da Coreia. Esse projeto tem como base um conjunto de princípios e diretrizes que guiam as políticas interna e externa do país, cuja origem está enraizada nos traumas gerados pelo colonialismo japonês, pela divisão da península após a Segunda Guerra Mundial e pela Guerra da Coreia. Uma vez iniciado, o desenvolvimento nuclear do país apresentou evolução paulatina, mantendo sua fundamentação e seus fins, sendo utilizado diversas vezes como fonte de barganha em negociações com as grandes potências. A primeira seção do artigo analisa a origem histórica, o ponto inicial e a evolução da política nuclear ao longo das três lideranças da dinastia Kim – Kim Il Sung, Kim Jong Il e Kim Jong Un – e visa explicar de que forma a política nuclear faz parte de um projeto estratégico nacional de longo prazo.

2.1 Kim Il Sung e a Doutrina *Zuche*

O período que se inicia após a Guerra da Coreia (1950-1953) é marcado tanto pela destruição econômica e social da península como um todo, quanto pela conseqüente necessidade de reorganização e reconstrução material e da consciência nacional norte-coreana. É neste contexto que Kim Il Sung introduz a filosofia *Zuche* como principal orientador político do país. O projeto de desenvolvimento nuclear norte-coreano tem sua base nos princípios basilares do *Zuche*.

A análise do *Zuche* e da política nuclear da Coreia do Norte pressupõe a compreensão dos impactos do colonialismo japonês (1910-1945)¹ e da divisão arbitrária da península, que culminaram na Guerra da Coreia. Estes períodos tiveram conseqüências de amplas dimensões, muitas delas presentes ainda hoje na mentalidade norte-coreana. Os detalhes destas experiências traumáticas extrapolam os objetivos deste estudo, porém, para a análise aqui proposta, enfatiza-se os prejuízos econômicos, políticos e sociais, bem como a clara percepção, por parte da população coreana, do caráter humilhante e destrutivo das invasões e

¹ A anexação da Coreia pelo Japão em 1910 encerrou o período de autonomia da península, durante o qual suas instituições e seu modo de vida eram fundamentados na influência e na proteção recebidas da China (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015). As ações coloniais japonesas foram consideradas ilegítimas e humilhantes, além de inibirem a soberania, a independência e a dignidade nacionais da Coreia (CUMINGS, 2005). Apesar de ter logrado progresso considerável em diversos âmbitos, as políticas japonesas beneficiaram majoritariamente o Império Japonês, em detrimento da nação coreana (LEW, 2000). A luta anticolonialista que emerge neste período, portanto, estabelece as bases políticas e sociais que guiaram a Coreia pós-1945 e culminaram na Revolução Coreana.

intervenções externas na península. Nesse sentido, cresce a visão de que influências externas devem ser evitadas e, para tal, faz-se necessário que a Coreia do Norte não apenas deixe de depender de potências estrangeiras – ainda que aliadas – para sobreviver, como também tenha capacidade de evitar que o país volte a responder a interesses e objetivos externos.

A doutrina *Zuche*, que emergiu em 1955, significa autonomia e independência política, econômica, ideológica e também no âmbito da defesa (CUMINGS, 2005). O *Zuche* é multifacetado e permeia cada aspecto da vida norte-coreana, formando sua mitologia nacional. Para entender a Coreia do Norte do século XXI, sua visão de mundo e seu sistema econômico, faz-se necessária a compreensão dos princípios básicos do *Zuche*. Embora fosse inicialmente entendido como uma progressão do marxismo, atualmente o marxismo-leninismo enquanto filosofia política quase não é mencionado nos documentos e discursos governamentais. Os esforços ideológicos concentram-se em promover a ideia genuína do *Zuche*, que é considerado exclusivamente coreano e adaptável aos países em desenvolvimento (FRENCH, 2005).

Este princípio emergiu em 1955, conforme Pyongyang se afastava de Moscou, e apareceu fortalecido na metade da década de 1960, quando Kim Il Sung buscava uma posição independente tanto em relação à Moscou quanto à Pequim. O conceito de *Zuche* é antônimo do termo *sadaejui*, considerado pejorativo no idioma coreano, e que significa servir e depender de um líder externo. Em essência, o *Zuche* se refere à noção do que representa ser autenticamente coreano, em oposição a todo o resto. Como aborda Cumings (2005), não há tradução exata para o subjetivo termo *Zuche* que, ao representar o núcleo da mentalidade nacional coreana, tem compreensão inacessível para aqueles que não são coreanos.

Conforme French (2005), o *Zuche* é visto como a forma com a qual a nação se move em direção à independência, em um processo que é comparável com a noção marxista-leninista que vê o socialismo como uma fase de transição para o comunismo. Este processo para a independência envolve o desenvolvimento de uma economia nacional autossuficiente e da capacidade nacional de promover a sua própria defesa. A noção de independência também está associada à ideia de que todas as nações têm direitos iguais em relação a outras nações. Tais prerrogativas claramente influenciam o perfil de negociação internacional norte-coreano e estão refletidas nas aspirações nucleares do país.

Kim Il Sung viu o *Zuche* como a adaptação independente do marxismo-leninismo às realidades únicas da Coreia. O núcleo do *Zuche* pode ser entendido como orgulho nacional, o que é especialmente apropriado para os coreanos, que sempre viveram em uma terra cercada por Estados mais poderosos – conforme é explanado na seção seguinte. A concepção

nacionalista de colocar-se em primeiro lugar, no entanto, não significa manter isolamento absoluto. A busca pela autossuficiência não impediu o comércio internacional ou a aceitação de auxílio externo – o objetivo está justamente ligado à ideia de que o país possa autogerenciar a sua economia, independentemente da disponibilidade de assistência externa, e não pela sua exclusão (HABIB, 2009).

As raízes do *Zuche* estão profundamente ligadas à história moderna da Coreia e remontam aos diferentes contextos em que o país teve a autonomia e a autoafirmação como objetivos principais – durante a guerrilha anti-japonesa; antes e depois da Guerra da Coreia; períodos de forte dependência do bloco socialista; e durante o afastamento sino-russo, por exemplo (ARMSTRONG, 2008).

Como explica Harrison (2002), o cimento psicológico que mantém da Coreia do Norte unida é o nacionalismo, e a chave para entender este sentimento nacionalista encontra-se no reconhecimento do impacto traumatizante de eventos como a Guerra da Coreia. As cicatrizes deixadas no Norte são muito mais profundas em comparação com o Sul. Enquanto no Sul os ataques mais brutais foram relativamente breves ao final de 1950, o Norte, em contraste, sofreu três anos de pesados bombardeios norte-americanos, além das ofensivas terrestres no rio Yalu. A magnitude da destruição aumentou a dependência, no curto prazo, do Norte em relação à Moscou. Mais importante, estes acontecimentos levaram a uma nova autoimagem, baseada no orgulho em ter sobrevivido ao choque com a potência mais tecnologicamente avançada do mundo. No imaginário norte-coreano, a guerra representou uma invasão norte-americana desenhada para impedir, por motivos estratégicos, uma unificação coreana. Logrando frustrar tais objetivos, a Coreia do Norte emergiu como vitoriosa – moralmente, pois a destruição material era absoluta.

Os esforços norte-coreanos para desenvolver armas nucleares e sistemas de entrega de mísseis foram uma resposta direta às ameaças de ataque nuclear sofridas durante a Guerra da Coreia e ao subsequente posicionamento de armamentos nucleares táticos norte-americanos na Coreia do Sul por mais de três décadas. Outros fatores aceleraram os esforços, porém a postura nuclear dos Estados Unidos em relação à península deu impulso inicial à busca pelo desenvolvimento nuclear (HARRISON, 2002). Ao longo de toda a Guerra da Coreia, os Estados Unidos ameaçaram direta ou implicitamente utilizar armas nucleares na península. O autor menciona ainda que:

Documentos tornados públicos revelaram que, na “Operação Hudson Harbour”, os bombardeiros B-29 lançaram bombas atômicas falsas em Pyongyang durante “práticas simuladas” no final de 1951. Foi a ameaça norte-americana de “utilizar

qualquer arma necessária" para acabar com a guerra que quebrou o impasse nas negociações do armistício de 1953. (HARRISON, 2002, p. 197, tradução nossa).

Desde a década de 1950, a Coreia do Norte investiu porções significativas de seus escassos recursos nacionais para a aquisição de armamentos nucleares. Em 1963, Pyongyang solicitou a ajuda soviética para o desenvolvimento de armas nucleares próprias. Moscou recusou, porém, para aplacar o aliado, concordou em apoiar o desenvolvimento de um programa pacífico de energia nuclear sob salvaguardas internacionais, a começar com a instalação de um reator de 8 Megawatts (MW) para pesquisa nuclear em Yongbyon, a 90 quilômetros de Pyongyang, em 1965. Além disso, não muito depois do desfecho da Guerra da Coreia teve início o treinamento soviético de cientistas nucleares norte-coreanos e, durante as décadas de 1960 e 1970, Moscou forneceu tecnologia avançada para a construção de reatores nucleares (HABIB; O'NEIL, 2009; HARRISON, 2002).

Quando Moscou recusou o pedido de auxílio para o desenvolvimento de um programa nuclear militar, em 1963, cientistas norte-coreanos tentaram estruturar um projeto por conta própria, aproveitando a tecnologia soviética fornecida para a produção de energia nuclear para fins civis e o *know-how* de mísseis Scud adquiridos através da ajuda militar soviética (HARRISON, 2002).

Ao longo das próximas duas décadas, aproximadamente trezentos cientistas nucleares norte-coreanos foram treinados na União Soviética. Este auxílio pôs em ação um programa nuclear de duas vias, no qual Pyongyang realizava tentativas para aproveitar a energia nuclear para a geração de eletricidade, ao mesmo tempo em que estabelecia as bases para a busca de uma opção nuclear militar. O programa missilístico também teve origem na década de 1960, após Moscou prover o Scud, míssil de curto alcance que desde então tem sido atualizado e redesenhado por cientistas norte-coreanos para ser utilizado no desenvolvimento de mísseis de maior alcance (HARRISON, 2002).

Pressionada pelos soviéticos, em 1977 a Coreia do Norte concordou em colocar o seu primeiro reator de pesquisa sob as salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). No final da década de 1970, a Coreia do Norte iniciou a construção de um segundo reator, de 5 MW, baseado perto de Yongbyon, que começou a operar em 1986. De forma geral, o programa nuclear norte-coreano expandiu a um ritmo rápido durante a década de 1980, com o desenvolvimento de instalações para fabricação e conversão de urânio, bem como para o reprocessamento de plutônio. Essas instalações contariam com um reator de 50 MW, também em Yongbyon, e outro de 200 MW em Taechon. Acredita-se que a Coreia do

Norte tenha iniciado a trabalhar, em algum momento durante a década de 1980, em instalações de reprocessamento de plutônio também em Yongbyon. (HABIB; O'NEIL, 2009).

De 1958 até 1991, ano em que o presidente George Bush removeu as armas táticas nucleares da Coreia do Sul, amplos exercícios militares norte-americanos eram regularmente realizados junto com forças sul-coreanas, nos quais eram anunciados cenários envolvendo o uso de armas nucleares. Mesmo após a remoção dos armamentos táticos nucleares, os Estados Unidos não descartaram a possibilidade de sua reintrodução e seguiram posicionando submarinos nuclearmente armados no Pacífico, além de continuarem lembrando Pyongyang que o guarda-chuva nuclear que protege a Coreia do Sul seguia operando. Após 1993, cenários envolvendo o uso de armas nucleares foram abandonados nestes exercícios militares. Contudo, considerando a repercussão de tais eventos na memória norte-coreana, o dano já estava feito há muito tempo (HARRISON, 2002).

Ao final do governo de Kim Il Sung, em 1993, teve início a primeira crise nuclear. A crise começou quando a Coreia do Norte, em resposta a demandas do diretor geral da IAEA, anunciou a pretensão de retirar-se do TNP ao invés de se submeter a inspeções em dois locais com suspeita de existência de resíduos nucleares. A diplomacia dos Estados Unidos teve como objetivo convencer Kim Il Sung a suspender o plano de adquirir o material físsil necessário para produzir armas nucleares. As ações norte-americanas focavam em travar o reprocessamento de plutônio, extraído do reator experimental em Yongbyon. Ao passo em que a Coreia mantinha sua posição de recusa de cooperação com a AIEA, os Estados Unidos ameaçavam impor sanções e usar a força caso a diplomacia falhasse e a Coreia não aderisse às exigências (CRONIN, 2008).

A crise atingiu o pico em junho de 1994 e, nos meses seguintes, a diplomacia norte-americana, trabalhando em conjunto com os seus aliados, estruturou uma solução diplomática à crise. Enfim, as diferenças foram reconciliadas em um acordo que encerrou a crise imediata – embora a década seguinte ao acordo tenha variado da crise à concórdia e de volta à crise. Em 21 de outubro de 1994, foi assinado em Genebra o Acordo Quadro segundo o qual a Coreia do Norte concordou em congelar o seu programa de produção de plutônio, em troca de óleo combustível, cooperação econômica e da construção de duas modernas usinas nucleares com reatores de água leve. Segundo o acordo, as instalações nucleares da RPDC deveriam ser, eventualmente, desmanteladas e o combustível já utilizado do reator deveria ser retirado do país (WIT; PONEMAN; GALLUCI, 2004).

Como qualquer bom negociador, no entanto, Pyongyang não costuma colocar todas as suas fichas na mesa ao mesmo tempo. Algumas são mantidas em reserva para uso futuro na

negociação dos termos da normalização das relações e das garantias de segurança relacionadas. Portanto, no acordo de congelamento nuclear de 1994 com Washington, assim como em demais situações, a Coreia do Norte não abandonou a opção de retomar os seus programas nuclear e de mísseis. O Acordo Quadro previa o eventual desmantelamento de todas as instalações nucleares com potencial relevância para um programa de armas, porém apenas se os Estados Unidos normalizassem as relações e providenciassem garantias formais de não utilização, ou ameaça de utilização, de armas nucleares contra a Coreia do Norte. Pyongyang se propôs a encerrar os testes, a produção e a implantação de mísseis, mas apenas como parte de acordos de controle de armas nucleares e convencionais, e contanto que ocorressem mudanças básicas na postura militar dos Estados Unidos com relação à Coreia – o que não aconteceu (HARRISON, 2002).

2.2 Kim Jong Il e a Política *Songun*

A década de 1990² inicia o período pós-Guerra Fria e a consequente transformação das relações internacionais, com impactos significativos para a Coreia do Norte. Frente ao desmantelamento soviético em 1991, e já em meio a um período de escasso apoio da China – em processo de reforma e abertura econômica desde o final da década de 1970 –, as relações comerciais e de ajuda estabelecidas há muito tempo com estes e demais países do bloco comunista eram quebradas e a Coreia do Norte deixava de obter auxílio dos seus dois maiores aliados.

Além disso, em 8 de julho de 1994 morre Kim Il Sung, de um ataque cardíaco. Nos anos que seguiram a morte do fundador, o Norte enfrentou uma série de crises e catástrofes, a chamada Marcha Penosa, a começar com dois anos de inundações sem precedentes (1995 e 1996), o quase colapso do seu sistema de energia, um verão de seca (1997) e a consequente fome, que tirou a vida de mais de meio milhão de pessoas (CUMINGS, 2005).

O primeiro herdeiro de Kim Il Sung, Kim Jong Il, que já era treinado há anos para assumir o posto de seu pai, esperou o período de três anos de luto tradicional para assumir a liderança oficial do Partido no poder. No quinquagésimo aniversário da fundação do regime,

² Com o fim da Guerra Fria, um longo período da história internacional – no qual a forma capitalista hegemônica era contestada pelo socialismo soviético, que tentava criar uma alternativa à ordem existente – também chegou ao fim. Segundo Vizentini (2005), a polarização do mundo, baseada no equilíbrio de poder desigual entre as duas superpotências da época, perdeu a sua coesão no momento em que a URSS deixou de representar uma ameaça aos Estados Unidos. Uma série de mudanças inaugurou uma ordem em que o clima de tensão anterior foi substituído pela incerteza sobre a reformulação do sistema internacional. Os anos 1990 representam uma época de crise e transição, com o declínio do ciclo de expansão ocidental iniciado há cinco séculos.

em setembro de 1998, ele se tornou o líder máximo. Kim Jong Il assumiu o chamado “mandato do paraíso” – termo utilizado várias vezes pelos norte-coreanos após a morte de Kim Il Sung – em meio a diversos desafios e à incerteza sobre o futuro do regime (CUMINGS, 2005).

A resposta de Kim Jong Il frente à necessidade de obter meios para prover a própria defesa e visando preencher o vácuo ideológico deixado pelo fim do bloco soviético, foi a política *Songun*, oficialmente introduzida em 1998 e que priorizava o setor de defesa, alinhando a base de poder ao Exército Popular da Coreia (HABIB, 2013).

Dado o declínio relativo da capacidade militar convencional do Norte, o programa nuclear tornou-se um símbolo do componente militar no novo paradigma de legitimação. Em suma, a política *Songun* garante a independência política, que conseqüentemente garante as condições necessárias para a autonomia econômica. A política *Songun* e o *Zuche* têm uma relação simbiótica, em que um proporciona significado para o outro (HABIB, 2009; FRENCH, 2005).

Codificado na nova Constituição do país, o *Songun* diminuiu o poder do Partido no Estado, ao mesmo tempo em que aumentou a funcionalidade da organização militar. Durante a maior parte do governo de Kim Il Sung, o Partido dominava a formulação política na Coreia do Norte. O papel e a funcionalidade do Partido declinaram, contudo, após a sua morte. Como abordam Choi e Shaw (2010), os órgãos do Partido foram então reduzidos a funções majoritariamente simbólicas, enquanto a Comissão de Defesa Nacional tornou-se o mais importante corpo governamental, e o exército e demais organizações ligadas à defesa receberam maiores funções no comando do país.

Este sistema teve origem quando, após a morte de Kim Il Sung, Kim Jong Il precisava do apoio dos líderes militares para garantir o seu espaço no poder. O papel do exército se tornou ainda mais crucial durante a Marcha Penosa dos anos 1990. Durante esse período de dificuldade econômica, Kim Jong Il mobilizou as forças armadas para restaurar a autoridade da liderança e para manter o controle sobre a sociedade. Além disso, sob o controle direto de Kim Jong Il, o exército adotou importantes funções para a economia nacional, sendo mobilizado como mão-de-obra em construções públicas e auxiliando em demais tarefas intensivas em trabalho (CHOI; SHAW, 2010).

Ao longo do seu processo de evolução, o *Zuche* incorporou a premissa de que o exército é o coração, a mente e o corpo do sistema político. Este ganho de importância do exército como instituição ocorreu a partir da adoção da Constituição de 1998. A semente do *Songun* foi concebida na Constituição de 1998, porém a política seguiu evoluindo, nos dez

anos seguintes, para um sistema ideológico e filosófico, conforme documentado na Constituição adotada em abril de 2009. A nova Constituição elevou a Comissão Militar ao nível de liderança suprema, e o seu presidente, na época Kim Jong Il, tornou-se o líder supremo, com poder absoluto sobre o sistema. A compreensão da Coreia do Norte de Kim Jong Il pressupõe, assim, a compreensão do *Songun* (PARK, 2010). Sobre essa política, o autor discorre:

O militar é o guardião do cérebro, que deve ser protegido e nunca pode estar vulnerável. Esta é a conotação existente quando os militares são teorizados como o centro. Neste sentido, o exército não é apenas uma instituição destinada a desempenhar a função de defender o país da hostilidade externa. Em vez disso, ele fornece legitimidade a todas as outras instituições do governo. Todos os objetivos políticos são articulados pelos militares e são divulgados às demais outras organizações com recomendações estratégicas e táticas específicas para a implementação. Uma vez implementadas as políticas, a sua eficácia será avaliada também pelos militares. Desta forma, os militares funcionam como o "cérebro" do sistema nervoso do corpo político. (PARK, 2010, p. 99, tradução nossa).

Através da sua maior representação na Comissão Nacional de Defesa, o exército passou a deter maior influência nas formulações políticas da Coreia do Norte. Isto teve efeito também nas relações entre as Coreias e na política externa da RPDC. Nesse sentido, Choi e Shaw (2010, p. 180, tradução nossa) ressaltam:

Em termos de relações externas, a era *Songun* pode ser dividida aproximadamente em duas partes: da morte de Kim Il Sung em 1994 até a segunda crise nuclear, que entrou em erupção em outubro de 2002, e depois. Antes da crise nuclear, a Coreia do Norte manteve uma desconfortável trégua com a comunidade internacional através do Acordo Quadro e realizou tentativas de engajamento internacional na busca por ajuda externa para se recuperar do colapso econômico, realizando várias grandes cúpulas em Pyongyang no início dos anos 2000. Após a crise nuclear, no entanto, o regime tornou-se cada vez mais preocupado em utilizar uma combinação de engajamento e chantagem militar para extorquir ajuda da comunidade internacional, os membros de linha dura do regime se tornaram dominantes na medida em que o ambiente internacional tornava-se mais confrontante e os esforços dos reformistas não produziam resultados satisfatórios.

A segunda crise nuclear começou em outubro de 2002, quando a Coreia do Norte alegou a existência de um programa nuclear secreto, baseado em urânio altamente enriquecido – Highly Enriched Uranium (HEU), em inglês. Pouco tempo depois, o Acordo Quadro estabelecido em 1994 se dissolveu e Pyongyang acelerou o seu programa de armas nucleares. As Seis Partes, compostas pelas duas Coreias, os Estados Unidos, a China, o Japão e a Rússia, reuniram-se no verão de 2003 para resolver pacificamente a crise, mas não conseguiram alcançar um acordo inovador ou efetivo (JOO; KWAK, 2007). Em troca da desistência de seu programa nuclear, a Coreia do Norte demandava recompensas como o levantamento de

sanções econômicas, garantias de segurança e compensações econômicas. Os acordos que eram alcançados, no entanto, eram longos em princípios, porém curtos nas especificidades – não deixando claro quando as ações seriam implementadas; quais programas nucleares seriam abandonados; e o que e quando a Coreia do Norte receberia em troca (CRONIN, 2008). Eram comprometidos, assim, os avanços nas negociações.

Em fevereiro de 2005, Pyongyang anunciou oficialmente que possuía armas nucleares; em julho de 2006 testou sete mísseis balísticos (incluindo um míssil de longo alcance, o Taepodong-II) e em outubro de 2006 testou o seu primeiro dispositivo nuclear subterrâneo. Com o teste nuclear norte-coreano, a crise nuclear não resolvida entrou em uma fase de maiores tensões e a ideia de unificação pacífica da Coreia passou a parecer remota (JOO; KWAK, 2007).

A noção de que o armamento nuclear é o único capaz de garantir a segurança nacional e meios confiáveis de dissuasão contra provocações vindas de governos hostis é produto direto da política *Songun*. As duas primeiras rodadas de testes nucleares subterrâneos, em 2006 e 2009, e os diversos mísseis lançados, foram projetados e conduzidos pelo exército, sob os princípios da política *Songun*. Assim, era esperado que a política externa de Pyongyang neste período fosse ditada pelo princípio de autodefesa (PARK, 2010).

2.3 Kim Jong Un e a Linha *Byungjin*

A morte de Kim Jong Il, em 2011, não resultou em transformações fundamentais na natureza e liderança do regime. A sucessão de poder se deu de forma rápida, sendo que em alguns meses Kim Jong Un aparecia estabelecido no comando do país (ARMSTRONG, 2013). Segundo Visentini, Pereira e Melchionna (2015), a recuperação da estrutura do Partido – colocado em segundo plano durante a política *Songun* – teve início ainda durante a liderança de Kim Jong Il e representou medida crucial para garantir a sucessão. Neste sentido, conforme os autores:

No final de 2008 e início de 2009 já era possível observar a convergência política, o que conduziu a um novo equilíbrio entre civis (Partido) e militares. Logo após a morte do pai, Kim Jong Un demonstrou uma liderança consistente, revelando que sua preparação para a sucessão começou muito antes de sua designação oficial. O novo presidente logrou, sem dúvida, exercer sua influência sobre o Partido, as Forças Armadas e os demais órgãos de segurança. Duas semanas após a morte de Kim Jong Il, em 17 de dezembro de 2011, ele foi designado Comandante Supremo do Exército Popular da Coreia, ocasião em que lançou as bases de sua liderança ao promover mudanças na cúpula do estamento militar. Em seguida vieram as alterações na estrutura do Partido e a promulgação de emendas constitucionais, quando, então, Kim Jong Un foi designado às mais altas posições no Partido [...].

finalizando, quatro meses após a morte de seu pai, a transmissão oficial de poder (sucessão que seu pai levou quatro anos para concluir). (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 171-172).

Em março de 2011, a Coreia do Norte adotou oficialmente a linha *Byungjin*, durante uma sessão plenária do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores. Ao longo da sessão plenária, Kim Jong Un alertou sobre a possibilidade de invasão em caso de abandono da política de dissuasão, referindo-se às lições do Oriente Médio. Kim Jong Un apresentou a linha *Byungjin* como a diretriz racional em direção à solução dos problemas energéticos, baseando-se na independência da indústria de energia nuclear, enquanto são fortalecidas as capacidades dos armamentos nucleares (CHEON, 2013).

Após anos seguindo a doutrina *Songun*, proclamada por Kim Jong Il em 1998, o regime liderado por Kim Jong Un passa a basear-se na lógica da Linha *Byungjin*, que prevê o desenvolvimento paralelo do programa nuclear e da economia. Essa doutrina, que aos poucos vai assumindo papel de principal eixo definidor das políticas do país, estabelece que o escudo nuclear e missilístico permite liberar recursos para as demais áreas da economia ao mesmo tempo em que garante a segurança e a soberania da Coreia do Norte (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015) e sinaliza a intenção do país em dar continuidade ao programa.

A política *Byungjin* significa que a Coreia do Norte deixa de diferenciar a utilização da energia nuclear para fins pacíficos ou militares através das chamadas tecnologias duais – que podem ter aplicações civis ou militares – e, assim, rejeita o regime de não proliferação centralizado no TNP, que defende a diferenciação entre as possíveis utilizações da energia nuclear (CHEON, 2013).

Conforme explana Cheon (2013), entre as medidas necessárias para a realização da política *Byungjin*, reveladas na sessão plenária de 2011, destaca-se: resolver problemas energéticos através do desenvolvimento independente da indústria de energia nuclear e estruturando projetos de desenvolvimento de reatores de água leve; lançar satélites e acelerar a tecnologia da ciência espacial; e afirmar legalmente a posição de potência nuclear da Coreia do Norte.

A nova política representa uma clara rejeição às imposições realizadas por Washington, Seul e Pequim, que forçavam o regime Kim a escolher entre armas nucleares ou desenvolvimento econômico. A decisão de trabalhar pelo desenvolvimento de ambos simultaneamente, sinaliza uma determinação ainda maior em obter capacidades nucleares (FENG; BEAUCHAMP-MUSTAFAGA, 2015).

Alinhado à Linha *Byungjin*, um programa de dissuasão nuclear operacional e amadurecido fornece a proteção sob a qual o desenvolvimento econômico pode acontecer. De acordo com Visentini e Pereira (2014), Pyongyang busca um avanço na alteração do *status quo* na Península e entende a necessidade de ir além da hostilidade militar com os Estados Unidos. Objetiva-se receber garantias de segurança, reconhecimento diplomático e normalização das relações econômico-comerciais. A este respeito, destacam:

O uso frequente de uma retórica belicosa indica o desejo do país de fortalecer seu *status* internacional, tornando-o uma prioridade da política externa das grandes potências, além de um interlocutor indispensável. Para a audiência doméstica, o regime ganha crédito como um país poderoso e independente, fiel ao legado revolucionário de Kim Il Sung.. (VISENTINI; PEREIRA, 2014, p. 91).

Segurança nacional e prosperidade podem ser mutuamente contraditórias, especialmente no contexto de polêmica nuclear. A busca por armamentos nucleares se mostrou custosa – as repetidas sanções impostas pelas Nações Unidas e seus membros-chave têm negado a Pyongyang a oportunidade de se tornar um ator legítimo no mercado internacional. Por este motivo, existe uma abordagem dualística, que separa a política ideológica de políticas econômicas, e que permite que Pyongyang adote posições ativas na atração de empreendimentos e investimentos externos (PARK, 2010). Além disso, as barreiras externas ao desenvolvimento autônomo da Coreia do Norte trouxeram à tona a necessidade de estruturação de um projeto nacional que garanta maior independência, autonomia e segurança – porém sem comprometer o país economicamente. Assim como o *Songun*, a Linha *Byungjin* também representa uma continuação e atualização dos ideais expressos na doutrina *Zuche*.

A nuvem política causada pela controvérsia nuclear continua a afligir as iniciativas econômicas norte-coreanas. Para lidar com esta nuvem, Pyongyang é continuamente lembrada da importância de melhorar as relações com os Estados Unidos. Apesar disso, o posicionamento norte-coreano não deve ser revisado, uma vez que está firmemente costurado aos valores expressos na sua estratégia nacional. Pyongyang não deve renunciar a sua segurança nacional – garantida pelos armamentos nucleares – por qualquer quantidade de incentivos econômicos (PARK, 2010). Considerando a falta de comprometimento, principalmente por parte dos Estados Unidos, no cumprimento das garantias feitas ao longo das negociações realizadas em torno da questão nuclear durante várias décadas, os norte-coreanos decidiram alinhar o objetivo de resolver os problemas econômicos do país à necessidade de segurança nacional.

A não ser que os Estados Unidos cumpram as promessas realizadas nas negociações e tomem parte de fato em acordos de controle de armas que reduzam ou removam a ameaça de ataque preemptivo por aeronaves norte-americanas, a Coreia do Norte não deve encerrar o desenvolvimento de suas capacidades nucleares e missilísticas (HARRISON, 2002). A exemplo dos escassos avanços realizados em acordos alcançados ao longo da história, o país aprendeu a não recuar de seus projetos facilmente e não deve desistir do desenvolvimento nuclear enquanto não receber garantias indispensáveis.

A posição ideológica afeta a política externa de um país. O aporte ideológico é questão central para as sociedades socialistas ao representar o núcleo em torno do qual todas as outras esferas se agrupam, inclusive a legitimidade da liderança, políticas econômicas e assuntos externos. A ideologia norte-coreana logrou manter o país unido apesar de diversos choques e dificuldades, entre eles o colapso do sistema socialista na Europa no início dos anos 1990, a morte de Kim Il Sung em 1994 e a fome do período 1995-1997 (FRANK, 2010). Desde o princípio do seu sistema político (1948) e especialmente após a Guerra da Coreia, a política externa de Pyongyang reflete diretamente a ideologia política governante. Assim, a filosofia *Zuche* e as políticas *Songun* e *Byungjin*, influenciam decisivamente as condutas diplomáticas do governo norte-coreano (PARK, 2010).

Os presidentes norte-americanos, consecutivamente, prometeram manter o guarda-chuva nuclear sobre a Coreia do Sul e ameaçaram utilizar armas nucleares primeiro, caso seja necessário, contra as forças do Norte. Pyongyang tem respondido com os programas nuclear e missilístico, ambos estruturados para dissuadir qualquer uso norte-americano de armamentos nucleares na Coreia e para neutralizar a superioridade do poder aéreo da Coreia do Sul (HARRISON, 2002).

O objetivo nuclear, como foi explanado, esteve presente desde as primeiras décadas após a fundação da Coreia do Norte e permeia a história norte-coreana, desde as ameaças recebidas dos Estados Unidos durante e após a Guerra da Coreia, até o recente desenvolvimento de tecnologia própria. A política nuclear tem origem, portanto, na própria existência da RPDC e é, em grande parte, pautada, pelas dinâmicas do Nordeste Asiático e pela leitura que Pyongyang faz em relação ao seu entorno regional.

3 CONDICIONANTES EXTERNOS: O CONTEXTO REGIONAL DO NORDESTE ASIÁTICO

A compreensão das estratégias do regime norte-coreano exige a análise das dinâmicas regionais em que o país se insere e dos condicionantes externos que explicam a racionalidade por trás da política nuclear do país. O componente regional permeia os grandes acontecimentos ao longo da história da Coreia – muito antes da divisão da península – e segue representando um dos maiores elementos explicativos para a insegurança norte-coreana, seu isolamento, visão de mundo e consequentes políticas de sobrevivência.

A definição geopolítica do Nordeste Asiático já foi realizada de distintas formas por acadêmicos ao longo dos séculos. Ao final do século XIX, porém, o termo passou a ser utilizado em relatos sobre a rivalidade internacional entre os Estados: primeiro entre China, Coreia e Japão e depois entre Japão e Rússia. Essa utilização chamou atenção para a existência de uma arena de hostilidades e confrontos internacionais, em que os limites da influência de poder estavam constantemente em fluxo (NARANGOVA; CRIBB, 2014).

ILUSTRAÇÃO 1: Mapa do Nordeste Asiático



Fonte: Rozman (2004)

Como salientado por Kim (2004), o Nordeste Asiático vai além da referência geográfica. A região engloba a China, as duas Coreias, o Japão – que juntos representam o seu núcleo –, a Rússia e os Estados Unidos. Considerando que não existem regiões naturais – todas as regiões são social e politicamente construídas e contestadas –, o papel dos Estados Unidos na geopolítica e nas relações internacionais da região explica a sua inclusão nas análises acerca do Nordeste Asiático. Além de apresentar interesses fundamentais na região, a forte presença norte-americana – tanto diplomática quanto militar – justifica o seu peso nos desdobramentos regionais. Os seis países considerados para a análise das dinâmicas do Nordeste Asiático são os mesmos que se reúnem nas negociações das Seis Partes, nas quais são debatidas temáticas relacionadas à questão nuclear norte-coreana.

Existem diversas teorias e opiniões sobre a origem e a natureza do programa nuclear norte-coreano. O breve apanhado realizado por Habib (2009) salienta a variedade de teses acerca daquelas que seriam as maiores motivações para o programa nuclear da Coreia do Norte. Por ser um tema complexo, a maioria das teses combinam diferentes elementos causais. Entre os elementos explicativos, destaca-se: imperativos domésticos, o colapso do regime de não proliferação, a crescente disponibilidade de tecnologia nuclear, intenções essencialmente agressivas, a necessidade de responder às mudanças da política externa norte-americana, a busca pelo desenvolvimento econômico, a necessidade de manutenção da legitimidade da dinastia Kim, a obtenção de prestígio internacional e maior peso diplomático, a (in)segurança nacional, os objetivos de sobrevivência do regime e de dissuasão. A análise aqui proposta, por sua vez, concentra-se na realidade geopolítica³ em que se encontra a Coreia do Norte, atentando para os condicionantes externos e a conseqüente necessidade de sobrevivência do país, frente a um ambiente hostil ao seu projeto de Estado. Sem negar as demais teses explicativas, a interpretação que se propõe é que o elemento geopolítico regional está intrinsecamente ligado e dá origem a diversas outras questões problemáticas para a Coreia do Norte.

Observar a geografia e as implicações geopolíticas dos impasses nucleares entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, permite que se entenda porque o Nordeste Asiático está entre as regiões mais importantes, porém também mais sensíveis e voláteis do mundo. A península coreana, como o pivô estratégico do Nordeste Asiático, é a única região/subregião onde as quatro maiores potências mundiais – China, Estados Unidos, Rússia e Japão – se encontram, interagem e veem os seus interesses particulares convergir, competir ou divergir, conforme diferentes conjunturas. O que se mantém inalterado e imutável, porém, é a localização da península coreana, encravada entre grandes potências (KIM, 2004), que a enquadram, em níveis variados, dentro de suas ambições geoestratégicas (KIM, 2002).

A geografia apresenta impacto fundamental na formulação da política externa dos Estados (KIM, 2004). Mais que qualquer outro Estado do Nordeste Asiático, a Coreia do Norte é confrontada com a realidade geográfica de um complexo securitário, aspecto que melhor define a região (KANG, 2004). O caráter geoestratégico e as tensões envolvendo a Coreia do Norte, conforme apontam Kim e Lee (2002), deram origem a uma complexa interdependência securitária regional.

³ Cabe ressaltar que, por não centrar-se em construções teóricas, esta seção não abordará as chamadas teorias de geopolítica. A importância geopolítica para as análises aqui propostas está no seu aspecto mais elementar, dos efeitos do espaço geográfico sobre a política regional e os jogos de poder.

A maior concentração mundial de capacidades militares e econômicas encontra-se nesta região: as três maiores potências nucleares – China, Estados Unidos e Rússia –, um país em processo de desenvolvimento nuclear, ou seminuclear – Coreia do Norte –, três Estados não nucleares limítrofes⁴ – Japão, Coreia do Sul e Taiwan⁵ –, as três maiores economias do mundo com base na paridade do poder de compra – Estados Unidos, China e Japão –, bem como as três maiores economias da Ásia – Japão, China e Coreia do Sul. Em meio a este cenário, soma-se o fato de que apesar da existência de similaridades culturais históricas, o Nordeste Asiático é sobrecarregado – se não paralisado – por vastas disparidades no âmbito do desenvolvimento econômico e político e por preferências divergentes acerca da formação do regime securitário regional (KIM, 2004).

Examinar as relações internacionais do Nordeste Asiático no pós-Guerra Fria significa confrontar-se com forças múltiplas e contraditórias, em um jogo multinivelado e multifacetado de projeção de poder (KANG, 2004). Clivagens estratégicas e animosidades históricas, além de um legado de suspeitas e desconfiança, continuam influenciando as relações regionais de hoje (HABIB, 2013). A crescente intensidade da interação e a sobreposição das políticas regionais e globais tornam ainda mais complexas as dinâmicas na região (KIM, 2004).

Historicamente, as Coreias foram motivo para divisões entre as potências que visam obter vantagens na região, representando tópico constante na agenda diplomática destes atores. A centralidade coreana é fator chave para entender a história moderna do Nordeste Asiático. Sempre que uma potência domina a região, no entanto, o espaço para a autoafirmação das Coreias é reduzido. Como sugere Rozman (2006), este foi o caso por mais de um milênio, durante a operação do sistema tributário chinês; depois por quase meio século, quando do ascendente imperialismo japonês; e mais recentemente, durante a Guerra Fria e divisão da península. Já em tempos de equilíbrio relativo na região, as Coreias se tornam objeto de rivalidade.

A Coreia do Norte possui fronteiras terrestres e marítimas com a China, a Rússia e o Japão, situando-a unicamente no interior da geopolítica regional. O Nordeste Asiático representa o espaço geográfico mais militarizado e nuclearizado do mundo (O'NEIL, 2007). Ao longo dos séculos, a Coreia representou uma encruzilhada altamente contestada, ponto de grande rivalidade de poder e guerras sangrentas que envolveram, em graus variados, a Rússia

⁴ Aqueles Estados que escolheram abdicar do desenvolvimento de armas nucleares, porém poderiam montá-las rapidamente, pois apresentam significantes capacidades nucleares (RUBLEE, 2010, p. 49).

⁵ Embora seja considerada por Kim (2004) como parte do Nordeste Asiático, as análises deste estudo não englobam Taiwan.

Czarista, a União Soviética, a China da dinastia Qing, a República da China, a República Popular da China, o Japão Imperial e os Estados Unidos (KIM, 2004). A centralidade e o tamanho relativamente pequeno fizeram com que a península coreana fosse vista pelas grandes potências ora como recompensa estratégica, ora como zona tampão (KANG, 2004).

A partir do final do século XIX, como aborda Mansourov (1995) a península coreana passou a ser vítima da geopolítica internacional e tornou-se ponto central para o conflito entre grandes potências. A complexidade da situação coreana encontra-se justamente no fato de que, desde a sua anexação pelo Japão (1910), os coreanos não detêm liberdade para resolver seus problemas e decidir por si. Ao menos quatro outras nações apresentam interesse na península. Como relembra Armstrong (2006), desde o século XIX, as Coreias foram, quase que de forma contínua, foco de disputas geopolíticas regionais e globais, incluindo três principais guerras⁶, travadas até a primeira metade do século XX, e o atual estado instável e de frequente tensão.

O pequeno país foi historicamente ameaçado, saqueado, subjugado, atacado e explorado por seus vizinhos, que são maiores e mais poderosos em quase todos os aspectos. Desde a sua fundação, a Coreia do Norte tem enfrentado ainda o problema adicional da existência paralela de outra Coreia⁷ (FRANK, 2010).

Armamentos nucleares são, há muito tempo, fatores presentes no ambiente securitário regional do Nordeste Asiático. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética mantiveram presença nuclear significativa na região; a China se tornou o primeiro país não desenvolvido nuclearizado em 1964; e as ambições nucleares norte-coreanas foram estabelecidas – muito antes da sua retirada oficial do TNP em 2002 (O’NEIL, 2007). Diversos acordos e quadros de negociação foram estruturados na tentativa de resolver a questão nuclear, porém por décadas esta segue sendo o principal ponto de conflito entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, com crescentes repercussões aos demais atores regionais (MANSOUROV, 1995).

A peculiaridade da península segue atual: subregião em permanente conflito desde a Guerra da Coreia (1950-1953), cujas fronteiras foram congeladas conforme o armistício de

⁶ Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); Guerra Russo-Japonesa (1904-1905); Guerra da Coreia (1950-1953).

⁷ Como ressaltado por Nahm (1993), os regimes rivais na Coreia dividida logo realizaram reivindicações conflitantes acerca da legitimidade política, declarando que a península coreana inteira formava o seu território. Enquanto a Coreia do Sul justificava as suas reivindicações declarando que havia sido estabelecida pela maioria do povo coreano, a Coreia do Norte reivindicava que havia sido inaugurada com o apoio de todo o povo coreano – considerando o histórico de luta nacional contra o colonialismo japonês.

1953⁸, que não estabeleceu paz entre as Coreias. Esta realidade faz com que a geopolítica – no sentido utilizado no século XIX, de conflito por territórios claramente demarcados – siga viva no Nordeste Asiático (ARMSTRONG, 2006). Apesar do escalonamento periódico das tensões, não eclodiram guerras na região no período pós-Guerra Fria (KIM, 2004).

As dinâmicas políticas do Nordeste Asiático se aceleram, ainda, conforme o papel da China como centro de poder cresce e os Estados Unidos declinam enquanto superpotência. No Japão, por sua vez, existem tensões sobre a histórica postura pacifista sob a proteção norte-americana e pressões por parte da direita política, que defende posturas estratégicas mais ativas no país (HABIB, 2010).

A maior evidência da ascensão chinesa e do fenômeno de transição de poder alertam os Estados Unidos sobre a necessidade de fortalecer os laços com o Japão e de conter militarmente a China através de mecanismos internacionais. Neste sentido, o ambiente securitário pós-Guerra Fria começa a se assemelhar com aquele do final do século XIX, no qual China e Japão competiam pela hegemonia regional e em que o Japão, buscando se sobressair, se aliava ao *hegemon* extra-regional da época, o Reino Unido (CHUN, 2010).

Conforme ressaltado por Zhang (2006), o grau de custos e benefícios envolvendo a nuclearização norte-coreana variam para cada uma das Seis Partes. A China, que tradicionalmente evita o envolvimento em conflitos, depara-se com um impasse diplomático e com a necessidade de posicionar-se como potência responsável. A Coreia do Norte nuclear apresenta vantagens no relacionamento bilateral, tornando mais difícil para a China a antecipação das ações norte-coreanas. Em termos regionais, a China atua em diferentes níveis, alterando sua posição em relação à Coreia do Norte de acordo com as circunstâncias. Apesar de desejar que o regime Kim não colapse e mantenha as suas políticas de autonomia, Pequim não apoia o desenvolvimento nuclear norte-coreano, que ameaça a estabilidade regional e resulta na escalada das tensões e pressões regionais. Assim, objetiva manter o ponto de apoio norte-coreano ao mesmo tempo em que logra seguir se beneficiando de relacionamentos econômicos com ambas as Coreias.

Os Estados Unidos, por sua vez, utilizam a ameaça nuclear norte-coreana como justificativa legitimadora da sua presença militar no Leste Asiático e aproveitam para cimentar as alianças que mantém com a Coreia do Sul e o Japão. Ao mesmo tempo, o país

⁸ Ao final da Guerra da Coreia, o impasse alcançado entre as forças do norte e do sul culminou na assinatura do armistício de julho de 1953, entre o Comando das Nações Unidas, os norte-coreanos e os chineses. A linha militarmente demarcada se tornou o novo limite entre as Coreias. A Guerra, portanto, não trouxe soluções aos problemas que a motivaram, restaurando apenas o *status quo* anterior, sem estabelecer a paz definitiva (CUMINGS, 2005).

observa a autoridade da existente ordem nuclear ser desafiada, o que pode desencadear na perda de controle sobre a proliferação nuclear e constituir uma ameaça à sua hegemonia internacional. Dessa forma, concordando com Zhang (2006), acredita-se que a diplomacia nuclear norte-coreana resulta igualmente em perdas e benefícios para os Estados Unidos.

Desde o fim da Guerra Fria, o Japão tem demonstrado interesse em fortalecer a sua posição regional no Leste Asiático como um todo, porém tem encontrado dificuldade em estabelecer uma estratégia efetiva para lidar com a península coreana (MOON; SUH, 2006). Os desdobramentos recentes encorajam o Japão a retomar seu engajamento regional. Benefícios econômicos da integração regional, a urgência das crises nucleares e a necessidade de desenvolver estruturas securitárias para além da questão nuclear, ao mesmo tempo promovem e complicam os esforços japoneses em equilibrar seus interesses multilaterais e bilaterais na região (AHAKA, 2006). Além disso, como aborda Zhang (2006), o país finalmente encontra motivos para revisar e fortalecer as suas capacidades militares, justificando o aumento de seus orçamentos militares. Neste sentido, acredita-se que o Japão, caso consiga expandir o seu caráter autônomo, possa beneficiar-se parcialmente da diplomacia nuclear norte-coreana. A Coreia do Sul, que também busca obter maior autonomia em relação aos Estados Unidos e manter seus laços econômicos com a China, apresenta interesses semelhantes aos do Japão.

Como sugere Kim (2006), a Rússia tem buscado abordagens alternativas para afirmar a sua presença regional e o presidente Vladimir Putin vem intensificando a qualidade das relações diplomáticas com a Coreia do Norte. De forma similar à China, a Rússia defende um diálogo sobre a questão nuclear e é a favor da adoção de uma política de engajamento responsável com Pyongyang, a partir de concertos multilaterais.

A maturação do programa nuclear norte-coreano, aliada a fatores fundamentais como a ascensão chinesa, resultou no remodelamento das interações entre as Seis Partes, tornando a dinâmica regional ainda mais complexa. Dessa forma, a Coreia do Norte representa eixo central da instabilidade resultante da articulação entre as grandes potências frente ao processo de transição em curso no sistema internacional.

As relações externas que definem a posição da RPDC na comunidade internacional atualmente – seu isolamento e política nuclear, por exemplo –, são resultado das trajetórias que Pyongyang definiu seguir – ou foi forçada a seguir – tendo em mente os seus interesses e estratégias nacionais. As escolhas do Estado norte-coreano são constrangidas pelo ambiente internacional em que ele interage, devido à sua localização no centro da geopolítica do Nordeste Asiático, em que competem os interesses de quatro potências que, conforme

interesses próprios, interagem na região. A importância da Coreia do Norte está estreitamente ligada e conformada pelos objetivos de política externa dos atores regionais (KIM, 2007).

Como foi explanado, a história moderna da Coreia é marcada, de forma geral, pela vulnerabilidade externa, com muitas das questões fundamentais da península sendo decididas por atores externos. De fato, a história da península, desde o início do século XX até o presente, é caracterizada por períodos de dominação ou de divisão nacional. Mais notável que o número de invasões que a Coreia já sofreu, no entanto, é a habilidade de manter a sua estabilidade interna e independência política durante tão longos períodos de tempo (MANSOUROV, 1995).

O ambiente estratégico pós-Guerra Fria do Nordeste Asiático desafia simples caracterizações ou prognósticos confiantes e se torna cada vez mais passível a interpretações ou previsões diversas. Nenhuma perspectiva teórica existente fornece uma explicação completamente satisfatória sobre a dinâmica geopolítica da região. Desafiando todos os cenários que previam o seu colapso, Pyongyang demonstrou sua capacidade de resistir e suportar graves problemas internos e pressões externas aparentemente fatais (KIM, 2006).

O cálculo estratégico da Coreia do Norte está ancorado a uma visão de mundo em que o regime é cercado por ameaças internas e externas e, por este motivo, deve planejar suas políticas exteriores tendo em vista a prioridade de sobrevivência da dinastia Kim e seu projeto de Estado. É a partir da prerrogativa de que a estratégia de sobrevivência do regime baseia-se na segurança nuclear e no desenvolvimento econômico, que se dá a política de desenvolvimento de suas capacidades nucleares (HABIB, 2013). As estratégias e táticas norte-coreanas foram cuidadosa e racionalmente escolhidas para servir aos objetivos políticos do contexto nacional e geopolítico em que operam (PARK, 2010).

A complexidade do Nordeste Asiático está, portanto, na sobreposição de interesses de Estados poderosos. As estratégias em jogo se tornam, por vezes, contraditórias, conforme crescem os laços econômicos entre países com objetivos políticos conflitantes. Da mesma forma, os contrastes e as oposições entre os interesses internos e externos dos países, prejudicam ainda mais os avanços nas negociações securitárias regionais.

É justamente por encontrar-se entre gigantes – seja em território, economia ou poder militar – que a Coreia do Norte já foi, em diversas ocasiões, atacada ou dominada. A sua realidade regional imutável, somada aos aprendizados obtidos através de experiências traumáticas, fazem com que o país busque posições mais altivas nas suas relações externas. O desenvolvimento nuclear faz parte, portanto, da estratégia de sobrevivência nacional, em

primeira instância, e da projeção do país enquanto potência nuclear, que permitiria ao país maior assertividade ao defender os seus interesses nacionais em negociações internacionais.

4 A DIPLOMACIA NUCLEAR COMO POLÍTICA DISSUASÓRIA DO ESTADO NORTE-COREANO

Após a apresentação da evolução da política nuclear ao longo dos três diferentes líderes da dinastia Kim e a análise do contexto regional que condiciona as ações internas e externas da Coreia do Norte, é possível que se avance para a análise da estratégia por trás da diplomacia nuclear. Trabalhando a ideia de dissuasão em conjunto com concepções teóricas sobre a política externa dos Estados revolucionários e a importância da dimensão histórica e material para as análises de política internacional contemporânea, a diplomacia nuclear é apresentada como elemento do projeto estratégico de sobrevivência norte-coreano. A política nuclear é desenvolvida como elemento de dissuasão frente ao ambiente externo em que o país se insere.

Conforme foi explanado na primeira seção, a Coreia do Norte carrega consigo o *ethos* da península como um todo que, a partir de experiências traumáticas como a colonização japonesa e a Guerra da Coreia, formou um sentimento nacionalista e a visão de que para obter independência de fato, é necessário que o país se desenvolva a partir de esforços próprios.

Como aborda Brucan (1974), tendo em mente os desníveis e as assimetrias entre os Estados, a política internacional é movida pela existência de desigualdades. Segundo o autor, “[...] assim como a desigualdade social é a raiz da política em sociedade, a desigualdade nacional é a raiz da política no cenário mundial.” (BRUCAN, 1974, p. 114, tradução nossa). A obtenção de armas nucleares é uma das ações que refletem a desconfiança existente entre os Estados e definem o domínio dos poderosos sobre os demais. Os problemas resultantes das assimetrias são especialmente agudos nos Estados recentemente independentes, em que o desenvolvimento é a preocupação fundamental, e a desigualdade seu primeiro impedimento (BRUCAN, 1974).

A existência de assimetrias entre os atores internacionais é o grande motivador por trás da ambição nuclear da RPDC, que busca melhorar a sua posição externa através do desenvolvimento nuclear. Compreender a racionalidade da instrumentalização do programa nuclear como componente do projeto nacional requer que sejam consideradas também as necessidades internas, compreendidas no interesse nacional.

A importância do estudo do caráter nacional dos Estados está na possibilidade de se obter maior compreensão de certas pautas e ações que influem nas políticas externas. O interesse nacional, como aponta Brucan (1974), compreende objetivos que estimulam fundamentalmente as atuações internacionais. A política externa pode, dessa forma, ser mais

facilmente compreendida quando analisada levando em consideração relações sociais e nacionais históricas, que dão origem a estes objetivos. Os fins buscados fora das fronteiras nacionais representam a extensão, ou extrapolação, dos interesses nacionais para o âmbito externo. Destaca-se a o significado de elementos geográficos, econômicos, políticos e ideológicos associados à preservação e consolidação de cada Estado. Logo, afirmações diplomáticas que tratam de justificar as ações dos Estados no exterior contêm invariavelmente princípios e valores que carregam os interesses nacionais. Assim, para o autor:

O estudo de três categorias – caráter, interesse e poder nacionais – é essencial para a compreensão da política internacional, para a determinação e para a avaliação correta das pressões que influem e agem sobre os estadistas quando tomam decisões. As três categorias, que são fundamentalmente internas em sua origem, constituem apenas parte do processo de tomada de decisões, pois se fundem com as pressões que vêm do meio externo. (BRUCAN, 1974, p. 142, tradução nossa).

Como sustentado por Zhang (2006), a decisão de possuir armamento nuclear pode ser compreendida a partir da existência de um objetivo final e alguns objetivos processuais. O objetivo final está ligado ao domínio de um instrumento poderoso, de forma a constranger as grandes potências regionais e modificar os relacionamentos estratégicos em curso com elas. Entre os objetivos processuais, destacam-se: o uso do programa nuclear visando manter a estabilidade social e a legitimidade do regime norte-coreano; a utilização do poder de barganha como meio para a obtenção de ganhos práticos; e, por fim, evitar uma invasão norte-americana, em conformidade com a ideia de que o regime precisa se proteger de um mundo hostil.

A seção anterior tratou dos impactos da geopolítica e das dinâmicas regionais para a visão de mundo que pauta os cálculos da política externa norte-coreana. Esta análise regional, somada à interpretação da lógica que guia as estratégias do país, contribui para a compreensão do *ethos* norte-coreano. Neste sentido, de forma alinhada com o que foi exposto nas seções anteriores, Chun (2010) pondera:

[...] as forças fundamentais que determinaram o destino do povo coreano frequentemente vieram do nível global, não apenas dos níveis regional ou peninsular. O processo de colonização, a divisão da península, a eclosão da Guerra da Coreia, a conclusão da aliança entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul, o processo de reconciliação intercoreano após o fim da Guerra Fria e a presente reestruturação da aliança seguindo a lógica antiterrorista norte-americana, todos vieram de relações internacionais no âmbito global. (CHUN, 2010, p. 84, tradução nossa).

Frente a tais desafios, a península manteve o objetivo de libertação. Durante a dominação japonesa, a Coreia tentou recuperar sua independência de muitas formas. O apelo às potências externas, já nessa época, se mostrou insuficiente. Como destaca Chun (2010):

Em 1907 o imperador coreano enviou representantes para a Conferência de Paz de Haia, mas as potências ocidentais não deram atenção à voz de representantes de uma colônia *de facto*. Em 1919, quando a Conferência de Paz de Paris estava em curso, baseada na ideia de Woodrow Wilson de autodeterminação dos povos, a Coreia também enviou representantes, apenas para descobrir que o princípio apenas se aplicava às colônias de potências derrotadas. (CHUN, 2010, p. 78, tradução nossa).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e o fim do Império Japonês, obter a independência nacional tornou-se uma possibilidade menos distante ao povo coreano. No entanto, a divisão da península nos moldes bipolares da Guerra Fria frustrou novamente os objetivos de autonomia. Neste sentido, Chun (2010) discorre:

A divisão da península coreana não era um evento esperado. Com o fim do tradicional sistema sinocêntrico e do imperialismo japonês, os coreanos enfim esperavam a chegada de um verdadeiro sistema de soberania. Contudo, o confronto entre as potências vencedoras não permitiu espaço para uma verdadeira soberania para o povo coreano. Os coreanos não conseguiram construir um Estado territorial unificado e moderno. A construção da nação, em um sentido político moderno, também estava incompleta. O problema da soberania nacional permaneceu sem solução em uma situação em que as duas Coreias alegaram ser o único poder político legítimo a representar o povo coreano. O fracassado processo de construção do Estado e da nação estava estreitamente entrelaçado com a rivalidade entre as superpotências no início da Guerra Fria. A Coreia foi liberada do colonialismo japonês, porém foi dividida em dois campos de confronto diferentes. Em resumo, o longo sonho de construir um Estado soberano moderno, garantido internacionalmente por normas de integridade territorial e de não intervenção, não se materializou durante o período da Guerra Fria. O colonialismo japonês teve fim, porém surgiram novos patronos, superpotências globais, confrontando-se. (CHUN, 2010, p.78, tradução nossa).

Trazendo à tona a importância de considerar questões históricas e materiais na análise da política externa dos Estados pós-revolucionários, Halliday (1994) conclui que a constante reimposição da homogeneidade – considerando o Estado revolucionário como heterogêneo frente à força homogênea da ordem internacional capitalista à que se opõe – isto é, até que a ordem interna do divergente Estado revolucionário seja revertida à convencional ordem interna dos demais, Estados revolucionários e não revolucionários permanecerão em conflito. Neste sentido:

O fato de que eles introduzem tréguas, abandonam retóricas internacionais e participam diplomaticamente não significa, porém que os Estados revolucionários foram inteiramente “socializados”. Um breve olhar sobre os registros de longo-prazo dos Estados revolucionários mostra que, enquanto a ordem interna pós-revolucionária se mantém intacta, eles continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados. (HALLIDAY, 1994, p. 138, tradução nossa).

Ainda sobre a política externa dos Estados revolucionários, Visentini (2016) salienta que:

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na ausência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. [...] Neste sentido, inspiram forças política de outros países, tanto simpatizantes como adversárias. (VISENTINI, 2016, p. 116).

Como elaborado por Halliday (1994), acerca da importância de se considerar o elemento internacional quando analisando ordens sociais ou políticas, o nível internacional não se torna relevante apenas em tempos de provação – seja devido a ameaças externas, invasões ou competição econômica –, porém também na constituição de um Estado estável e autônomo (HALLIDAY, 1994). Os Estados Revolucionários buscaram alterar as relações entre Estados e nações. Isso foi alcançado através do objetivo de alterar as regras e formas com que os Estados e povos interagem. O caráter distinto da política externa dos Estados revolucionário não se encontra apenas nos objetivos que define para si ou na ideologia que expressa, mas na recorrência de certas tensões durante a estruturação da própria política externa. A pressão da homogeneidade, que afeta a construção da política interna e externa, ameaça o Estado revolucionário enquanto este for percebido como fundado sob uma base política e social distinta (HALLIDAY, 1999).

Desse modo, a política nuclear da Coreia do Norte, por contrariar os interesses das grandes potências e ir de encontro com a ordem nuclear por elas estabelecida e codificada no TNP, representa uma ameaça à autoridade da ordem existente. Para além da diplomacia nuclear, a própria existência da Coreia do Norte e a continuidade dos valores revolucionários no país, representa um desafio à homogeneidade internacional.

O mais importante impacto internacional dos Estados revolucionários, segundo Halliday (1994) não está nas suas ações propriamente ditas, mas na força do exemplo. Mesmo quando estes Estados não buscam promover o seu modelo externamente, o simples conhecimento sobre o que eles fizeram – ou aquilo que se acredita que tenham feito – age como catalisador e perturba a ordem estabelecida.

A Coreia do Norte desafia duas generalizadas suposições norte-americanas. A primeira sendo a visão de que os Estados Unidos devem ser tratados com deferência, como a única superpotência e, a segunda, a ideia de que a democracia ocidental, bem como a globalização econômica baseada em princípios de mercado, representa a ordem universal das coisas (HARRISON, 2002).

Entre os temores norte-americanos encontra-se a possibilidade de transferência de tecnologia nuclear da Coreia do Norte para grupos que, tendo posse de armas de destruição em massa, possam atacar os Estados Unidos. Contudo, a crise nuclear norte-coreana não é apenas uma questão de não proliferação. A intenção norte-coreana, seja o desenvolvimento nuclear direcionado para negociações ou para vantagens militares, se origina da lógica moderna. Em outras palavras, a Coreia do Norte, no período pós-Guerra Fria – no qual a maior parte dos seus aliados abandonou o sistema socialistas, prejudicando os interesses vitais da Coreia do Norte – tenta sobreviver e se defender frente à constante reimposição da homogeneidade. A tradicional lógica de defesa e dissuasão da competição entre Estados é o imperativo básico que dirige o país a desenvolver armas nucleares (CHUN, 2010).

Em termos de segurança nacional, a capacidade nuclear da Coreia do Norte fornece um equalizador estratégico, de baixo custo, contra as forças dos Estados Unidos e da Coreia do Sul ao longo da Zona Desmilitarizada⁹, proporcionando dissuasão contra ataques ou invasões. Esta é a razão mais citada nas declarações oficiais norte-coreanas, que sustentam que a proliferação é uma necessidade para dissuadir os norte-americanos. Os Estados Unidos mantêm o maior arsenal nuclear do mundo e emitiram diversas ameaças de utilização de armas nucleares contra a Coreia do Norte no último meio século. O regime Kim também pode entender a dissuasão nuclear como meio de evitar o emaranhamento desnecessário em potenciais rivalidades entre as potências do Nordeste Asiático (HABIB, 2009), além do já mencionado aumento do poder de barganha e peso diplomático frente às negociações internacionais.

Para um pequeno Estado como a Coreia do Norte, a racionalidade da proliferação não se encontra em desenvolver capacidade de segundo ataque (destruição mútua assegurada), como na competição entre as superpotências durante a Guerra Fria, mas sim manter uma ameaça nuclear apenas grande o suficiente para aumentar o grau de incerteza, nos cálculos de um adversário, sobre se um primeiro ataque seria completamente bem-sucedido ou não (CHA, 2002).

A posse de armas nucleares pode alterar dramaticamente o prestígio e a influência diplomática de um país. O desenvolvimento nuclear representa a demanda de um Estado para ser tratado como uma grande potência, tanto em políticas regionais quanto globais. Para os líderes de Estados nuclearmente armados, a posse representa maior alavancagem para as suas

⁹ Como aborda Nahm (1993), embora o governo sul-coreano tenha se recusado a assinar o armistício de 1953, a linha militarmente demarcada se tornou o novo limite entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, com uma zona desmilitarizada estreita, de 4 km, separando os dois Estados.

interações com demais países e permite posturas mais ousadas tendo em vista os interesses nacionais. A utilização da barganha nuclear e as posturas abertas em relação ao desenvolvimento nuclear certamente conseguiram atrair a atenção dos demais – poderosos – atores do Nordeste Asiáticos. A carta do programa nuclear é frequentemente usada pelos Estados como um sinal, para a diplomacia internacional, de que seus interesses vitais estão em jogo ou que uma determinada posição política é absoluta e imutável (HABIB; O’NEIL, 2009).

No mesmo sentido, conforme Kim (2002), através da combinação entre poder militar e barganha nuclear, Pyongyang visa adquirir vantagens com relação às ofensivas externas, além de receber significativa assistência econômica das potências que temem a escalada das tensões. A barganha política com os Estados Unidos acerca de seu programa nuclear representou auxílio importante para a continuidade e recuperação norte-coreana nos anos 2000, sobretudo após o Acordo Quadro de 1994 e a criação das *Six Party Talks*, em 2003 (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 169).

As ações da liderança em Pyongyang seguem uma lógica consistente com a sua visão de mundo. As prerrogativas da estratégia de sobrevivência do regime baseiam-se na simbiose entre segurança nuclear e desenvolvimento econômico. O poder militar duro é visto como o único meio confiável para garantir a sua segurança em um ambiente estratégico percebido como hostil. As armas nucleares e os mísseis balísticos são, portanto, as expressões práticas máximas desta visão de mundo. A postura da Coreia do Norte visa permitir que o país se relacione regionalmente em seus próprios termos (HABIB, 2013).

Com o fim da Guerra Fria e a normalização Moscou-Seul, a carta nuclear obteve potencial ainda maior de alavancagem para a RPDC. O país se esforçou para utilizar o seu programa de armas nucleares como instrumento, multifacetado e de alto custo-benefício, de política externa. Para Pyongyang, o programa nuclear é um dissuasor militar, um equalizador na competição pela identidade nacional com a Coreia do Sul (que não detém armas nucleares), uma moeda de barganha para extrair concessões econômicas dos Estados Unidos e da China, e uma econômica asseguradora da sobrevivência do regime. A incerteza internacional em torno das reais capacidades nucleares, deliberadamente alimentadas pela Coreia do Norte, já foi muito proveitosa para o pequeno país (KIM, 2007).

Sintetizando as discussões, Visentini e Pereira (2014) abordam:

Embora os testes missilísticos e nucleares realizados em Pyongyang sejam entendidos como provocações, são parte de um programa militar sistemático no qual a RPDC tem trabalhado a mais de quarenta anos como recurso de dissuasão. Ao inscrever seu autoproclamado *status* de potência nuclear na Constituição, em 2012, e ao dar moldura legal ao programa nuclear em 1º de abril de 2013, a RPDC

demonstrou que pretende continuar a desenvolver sua capacidade de dissuasão. A decisão pode ter tido como objetivo criar um fato consumado, para obter uma posição mais favorável no caso de uma negociação com os Estados Unidos. O uso frequente de uma retórica belicosa indica o desejo do país de fortalecer seu *status* internacional, tornando-o uma prioridade da política externa das grandes potências, além de um interlocutor indispensável. Para a audiência doméstica, o regime ganha crédito como um país poderoso e independente, fiel ao legado revolucionário de Kim Il Sung.. (VISENTINI; PEREIRA, 2014, p. 190-191).

A proposição de que a Coreia do Norte é um ator periférico isolado no Nordeste Asiático é errônea. O papel da Coreia do Norte como ator econômico regional não corresponde à sua importância estratégica. O Estado norte-coreano, como ator internacional, tem sido frente e centro no ambiente estratégico regional, como resultado direto do seu programa nuclear (HABIB, 2013).

Neste sentido, como aborda Brucan (1974):

[...] a fronteira real entre a política interna e a externa se reflete nos dois conjuntos de variáveis [...]; aparelho governamental e liderança. É aqui que reside realmente a soberania nacional, onde se põe à prova a verdade da autonomia. Um Estado-Nação é soberano no mundo [...] se suas decisões são tomadas internamente, se não são impostas ou modificadas por um centro de decisões exterior. (BRUCAN, 1974, p. 28, tradução nossa).

Ponderando sobre a alavancagem em negociações assimétricas, Kim (2007) trata da questão dos interesses e assertividade relativos e absolutos. Quanto maiores os interesses envolvidos em um processo de barganha, maior a disposição de um Estado em comprometer seus recursos e maior a sua assertividade em obter um resultado favorável na negociação. A questão dos interesses pode ter papel crucial na explicação da vitória do Vietnã do Norte, o ator relativamente mais fraco, durante a Guerra do Vietnã, lutada em território vietnamita. De forma semelhante, a Coreia do Norte está em desvantagem, em relação aos Estados Unidos, na correlação geral de forças. Contudo, no que tange o desenvolvimento nuclear, também existe uma clara assimetria de interesses e assertividade entre os dois países. Da parte de Pyongyang, existe o interesse – ou necessidade – de sobrevivência, estreitamente relacionado ao seu desenvolvimento nuclear e que representa, portanto, questão de maior urgência e um interesse fundamental do país. A assimetria fica clara quando tais interesses norte-coreanos são comparados com as apreensões de Washington quanto à integridade do regime do TNP, ameaçada pela proliferação. Consequentemente, é possível que se observe o contraste existente entre a reação “relativamente despreocupada” (KIM 2007, p. 87) dos Estados Unidos frente à nuclearização da Índia e do Paquistão, e o “nervosismo” (KIM 2007, p. 87)

norte-americano diante de uma Coreia do Norte impulsionada pela preocupação com a sua sobrevivência e com maior assertividade possível nas negociações sobre a questão nuclear.

Conforme Park (2010), embora os objetivos da diplomacia nuclear sejam obviamente econômicos – considerando que todos os congelamentos do programa são acompanhados de compensações econômicas – a natureza política e diplomática é muito mais substancial. Esta, por sua vez, inclui a normalização de relações diplomáticas com os Estados Unidos, a conclusão de um tratado de paz e, principalmente, o reconhecimento da Coreia do Norte como potência nuclear e que goza dos mesmos direitos que as demais.

O acesso à economia global é vista como dependente o consentimento norte-americano. Contudo, não há confiança. A Coreia do Norte suspeita que a estratégia de Washington seja primeiro desarmar e depois atacar o inimigo sem defesas, como aconteceu com o Iraque. Frente à este cenário, o programa nuclear se apresenta como a única contraestratégia possível e torna-se cada vez mais difícil identificar prontidão, da parte norte-coreana, em desistir do desenvolvimento nuclear (PARK, 2010).

O programa nuclear se tornou tão profundamente arraigado na economia política norte-coreana, que o desarmamento já não é mais uma opção para o regime em Pyongyang. Neste sentido, se o objetivo da comunidade internacional é estabilizar as relações com a Coreia do Norte, a chave será referir-se ao país como um Estado nuclear, e não como um Estado que pode de alguma forma ser desarmado de seu recurso nuclear. Persistir com a estratégia fracassada de desarmamento nuclear é uma abordagem defeituosa e que assume erroneamente que Pyongyang estará disposta a desvincular suas ambições nucleares de sua estratégia securitária (HABIB; O'NEIL, 2009).

A longa história do desenvolvimento nuclear norte-coreano sugere que não há intenção em renunciar ao programa. A melhor evidência que apoia esse argumento reside nas motivações de Pyongyang para buscar o recurso nuclear. Considerando a importância da capacidade nuclear para a economia política do regime Kim e sua crescente indispensabilidade, é improvável que o programa seja abandonado voluntariamente (HABIB; O'NEIL, 2009).

Segundo Harrison (2002), os programas nuclear e missilístico foram iniciados essencialmente como resposta à instalação de armamentos nucleares táticos norte-americanos na Coreia do Sul. A continuidade do programa e seus avanços posteriores, contudo, apresentam motivações mais amplas. Entre elas, destaca-se o fato de os Estados Unidos reservam-se o direito de realizar o primeiro ataque para repelir aquilo que considerarem agressões norte-coreanas; a ameaça potencial representada pela manutenção de forças

convencionais dos Estados Unidos na Coreia do Sul; o fato de que armas nucleares custam menos que forças convencionais de alto nível; a falta de compromisso dos Estados Unidos para honrarem as provisões-chave estabelecidas, por exemplo, no Acordo Quadro de 1994. Neste sentido, conforme o autor:

A percepção da Coreia do Norte sobre o seu ambiente securitário não é irracional no contexto da sua história nacional desde 1945. Na verdade, o esforço norte-coreano para desenvolver armas nucleares e sistemas de entrega de mísseis foi uma resposta direta à agressividade nuclear durante a Guerra da Coreia e a posterior implantação de armas nucleares táticas na Coreia do Sul por mais de três décadas. Outros fatores aceleraram esse esforço, mas o impulso inicial veio da postura nuclear dos Estados Unidos em relação à península. (HARRISON, 2002, p. 197, tradução nossa).

Tendo essas informações em mente, a praticidade da estruturação de acordos como forma de garantir o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano deve ser reavaliada. Estratégias para o gerenciamento construtivo da segurança do Nordeste Asiático à luz da ascensão da Coreia do Norte como potência nuclear, são mais adequadas e compatíveis com a conjuntura atual. As antigas estratégias de desnuclearização tornaram-se obsoletas. Para melhorar a estabilidade política e econômica do Nordeste Asiático, os atores regionais devem reconhecer os amplos imperativos que impulsionam o desenvolvimento nuclear norte-coreano (HABIB, 2010).

O regime de Kim tende a seguir perpetuando e exercendo a tática de *brinkmanship*¹⁰. A produção contínua de materiais nucleares proporciona um impedimento para qualquer ator externo que tente frustrar projetos internos. Se houve alguma possibilidade de persuadir a Coreia do Norte a entregar sua tecnologia nuclear, esta foi perdida após a intervenção de 2011 na Líbia (ALGAR-FARIA, 2012). Assim, como já mencionado anteriormente, a partir da elevação do país ao *status* de potência nuclear, – além da finalidade primordial de sobrevivência nacional – a RPDC visa a reinserção externa do país, nos seus termos, e tendo em mente interesses nacionais.

¹⁰ A prática de forçar uma situação perigosa até a iminência do desastre com vistas a pautar a política regional minimamente em seu favor (BRITES, 2015, p. 10).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política nuclear norte-coreana apresenta origens e motivações anteriores à divisão da península. O elemento geopolítico e as dinâmicas regionais do Nordeste Asiático constrangeram a Coreia historicamente e ainda condicionam a condução do projeto nacional norte-coreano. A partir da percepção das assimetrias existentes entre os atores cujos interesses são projetados sobre Pyongyang, o desenvolvimento nuclear é visto como o único recurso capaz de garantir a sobrevivência do regime. A política nuclear, neste sentido, representa elemento fundamental da estratégia de desenvolvimento nacional e é trabalhada como recurso de dissuasão.

O colonialismo japonês e a Guerra da Coreia representam experiências traumáticas, que condicionaram o desenvolvimento autônomo da Coreia e contribuíram para a ascensão do nacionalismo coreano. Após a divisão da península, o pressuposto de que para se obter independência de fato não seria possível depender das potências regionais, foi herdado pela RPDC, que manteve os ideários revolucionários que surgiram da guerrilha anti-japonesa e seguiram presentes durante a Guerra da Coreia.

Este aprendizado foi traduzido por Kim Il Sung na doutrina *Zuche*, que emergiu em 1955 e exprime a ideia de autossuficiência, autonomia e independência política, econômica, ideológica e securitária (CUMINGS, 2005). Já nessa década, e seguindo os preceitos do *Zuche*, a Coreia do Norte iniciava os esforços para a aquisição de tecnologia nuclear. Os primeiros avanços foram realizados com auxílio da URSS, que treinou cientistas nucleares norte-coreanos e forneceu tecnologia avançada para a construção dos primeiros reatores nucleares, como parte do desenvolvimento de um programa pacífico de energia nuclear.

Com a morte de Kim Il Sung e a ascensão de Kim Jong Il, os princípios do *Zuche* foram mantidos e ampliados na política *Songun*, oficialmente introduzida em 1998. O *Songun* priorizava o setor de defesa, alinhando a base do poder nacional ao Exército Popular da Coreia (HABIB, 2013) e diminuindo o poder do Partido no Estado. Conforme o desenvolvimento nuclear do país avançava, Pyongyang adotava a política de barganha nuclear, em que recebia significativa assistência econômica das potências que temiam a escalada das tensões provocadas pelos coreanos.

Com a segunda sucessão de poder e o estabelecimento de Kim Jong Un no comando do país, uma nova ramificação política do *Zuche* era inaugurada. A Linha *Byungjin* prevê o desenvolvimento paralelo do programa nuclear e da economia nacional (CHEON, 2013), além de retomar as funções estratégicas do Partido. Considerando que o programa nuclear já

superou seu caráter inicial e, após ter realizado uma série de testes, se encontra em fase de maturação, a barganha nuclear evoluiu e hoje almeja objetivos mais amplos.

Além da evolução histórica do programa nuclear norte-coreano, o presente estudo apresentou o Nordeste Asiático, seus atores e dinâmicas regionais, como fator limitador das ações coreanas. O condicionante externo, assim, representa a raiz a partir da qual uma série de outros elementos – que também representam motivações para o desenvolvimento nuclear – se originam. A complexa sobreposição de interesses norte-americanos, chineses, japoneses, sul-coreanos e russos em relação ao Nordeste Asiático e à Coreia do Norte – encravada entre gigantes – faz com que a geopolítica seja um motivador fundamental para estratégias nacionais que busquem a sobrevivência e a autonomia nacionais.

A posição geográfica, somada à percepção das assimetrias regionais de poder e às claras vantagens econômicas e energéticas provenientes da tecnologia nuclear, explicam a racionalidade da política nuclear. Retomando a referência feita aos autores Brucan (1974) e Halliday (1994, 1999), cabe salientar o impacto dos elementos naturais-materiais nas necessidades da Coreia do Norte, bem como a influência do componente internacional na condução da política externa de um Estado pós-revolucionário.

Assim, confirmando a hipótese levantada na introdução deste trabalho, a política nuclear norte-coreana não existe de forma isolada ou aleatória e deve ser interpretada em seu conteúdo histórico. O desenvolvimento nuclear faz parte da estratégia nacional que visa a sobrevivência do projeto de Estado norte-coreano a partir da dissuasão e da consequente possibilidade de obtenção de posições mais assertivas e altivas nas negociações e relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- AHAKA, Tsuneo. Japan's multilevel approach toward the Korean peninsula after the Cold War. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 183-199.
- ALGAR-FARIA, Gilberto J. How does North Korea Signal to other regional actors? **Polis**, Leeds, v. 6, p. 1-42, 2012.
- ARMSTRONG, Charles K. Epilogue. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 257-261.
- ARMSTRONG, Charles K. **Necessary enemies: anti-americanism, Juche ideology, and the torturous path to normalization**. Washington: U.S.- Korea Intitute at SAIS, 2008.
- ARMSTRONG, Charles K. **Tyranny of the weak: North Korea and the world, 1950-1992**. New York: Cornell University Press, 2013.
- BRITES, Pedro V. P. O Governo de Kim Jong Un na República Democrática Popular da Coreia e os Impactos sobre a Política Externa e de Segurança da República Popular da China. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5., 2015, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjQ2NzAiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiMDDjNTZkMDM0MmEwYzAyZGVIMTI5MzRhNGU5YTBINjYiO30%3D>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y política**. México: Siglo XXI, 1974.
- CHA, Victor D. North Korea's weapons of mass destruction: badges, shields, or swords? **Political Science Quarterly**, New York, v. 117, n. 2, p. 209-230, 2002.
- CHA, Victor D.; KANG, David C. **Nuclear North Korea: a debate on engagement strategies**. New York: Columbia Press University, 2003.
- CHEON, Seong-Whun. **The Kim Jong-Un Regime's 'Byungjin' (Parellel Development) Policy of Economy and Nuclear Weapons and the 'April 1st Nuclearization Law'**. 2013. Online Series CO 13-11, Korea Institute for National Unification. Disponível em: <<http://lib.kinu.or.kr/wonmun/003/0001458456.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- CHOI, Jinwook; SHAW, Meredith. The rise of Kim Jong Eun and the return of the party. **International Journal of Korean Unification Studies**, Seul, v.19, n. 2, p.175-202, 2010.
- CHUN, Chaesung. Why is there no non-Western International Relations theory ? Reflections on and from Korea. In: ACHARY, Amitav; BUZAN, Barry. (Ed.). **Non-Western**

International Relations theory: perspectives on and beyond Asia. Oxfordshire: Routledge, 2010. p. 69-91.

CRONIN, Patrick M. The Trouble with North Korea. In: CRONIN, P. M. (Ed.). **Double Trouble: Iran and North Korea as challenges to international security.** Westport: Praeger Security International, 2008.

CUMINGS, Bruce. **North Korea: another country.** New York: The New Press, 2004.

CUMINGS, Bruce. **Korea's place in the sun: a modern history.** New York: Norton & Company, 2005.

FRANK, Rüdiger. Socialist neoconservatism and North Korean Foreign Policy. In: PARK, KYUNG-AE. (Ed.). **New challenges of North Korean foreign policy.** New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 3-41.

FENG, Zhu; BEAUCHAMP-MUSTAFAGA, Nathan. North Korea's security implications for China. In: FREEMAN, Carla P. (Ed.). **China and North Korea: strategic and policy perspectives from a changing China.** New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 37-64.

FRENCH, Paul. **North Korea: the paranoid peninsula – a modern history.** London: Zed Books Ltd., 2005.

HABIB, Benjamin. **North Korea's nuclear weapons program: the futility of denuclearization negotiations.** 2009. Artigo apresentado na Australasian Political Studies Association Conference "Politics of the global crisis", Sydney, 2009.

_____. Rogue proliferator ? North Korea's nuclear fuel cycle & its relationship to regime perpetuation. **Energy Policy**, v. 38, n. 6, p. 2826-2834, jun. 2010.

_____. Strategic player, economic outlier: regional integration and North Korea's place in Northeast Asia. **Griffith Asia Quarterly**, Brisbane, v. 1, n. 2/3, p. 1-23, 2013. Disponível em: < <https://research-repository.griffith.edu.au/bitstream/handle/10072/340299/408-1200-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

HABIB, Benjamin; O'NEIL, Andrew. North Korea's emergence as a nuclear weapons state and the end of the disarmament paradigm. **Global Change, Peace & Security**, London, v. 21, n.4, p. 377-387, oct. 2009.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations.** London: Macmillan Press, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics: the rise and fall of the sixth great power.** London: Macmillan Press, 1999.

HARRISON, Selig S. **Korean Endgame: a strategy for reunification and U.S. disengagement.** Princeton: Princeton University Press, 2002.

JOO, Seung-Ho; KWAK, Tae-Hwan. Introduction. In: JOO, Seung-Ho; KWAK, Tae-Hwan. (Ed.). **North Korea's Second Nuclear Crisis and Northeast Asian security.** Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007. p. 1-13.

KANG, David C. Getting Asia wrong: the need for new analytical Frameworks. **International Security**, v. 27, n. 4, Spring, 2003. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic787492.files/Kang%20Getting%20Asia%20Wrong.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KANG, Eliot C. S. North Korea's International Relations: the successful failure? In: KIM, Samuel S. (Ed.). **The International Relations of Northeast Asia**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004. p. 281-299.

KIM, Samuel S. North Korea and Northeast Asia in world politics. In: KIM, Samuel S.; LEE, Tai Hwan. **North Korea and Northeast Asia**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2002. p. 3-58.

_____. Northeast Asia in the local-regional-global nexus: multiple challenges and contending explanations. In: KIM, Samuel S. (Ed.). **The International Relations of Northeast Asia**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004. p. 3-61.

_____. Inter-Korean relations in Northeast Asian Geopolitics. In: ARMSTRONG, C. K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 167-182.

_____. **North Korean Foreign relations in the post-Cold War world**. Strategic Studies Institute, The U.S. Army War College. 2007. Disponível em: <<https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/display.cfm?pubID=772>>. Acesso em: 23 jan, 2018.

KIM, Samuel S.; LEE, Tai Hwan. **North Korea and Northeast Asia**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2002.

LEW, Young Ick. **A brief history of Korea: a bird's eye view**. New York: The Korea Society, 2000.

MANSOURV, Alexander Y. The origins, evolution, and current politics of the North Korean Nuclear Program. **The Nonproliferation Review**, Spring-Summer, 1995. p. 25-38.

MOON, Chung-In; SUH, Seung-Won. Japan's Asian regionalism and South Korea. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 126-143.

NAHM, Andrew C. **Historical Dictionary of the Republic of Korea**. Metuchen: Scarecrow Press, 1993.

NARANGO, Li; CRIBB, Robert. **Historical Atlas of Northeast Asia: 1590-2010**. New York: Columbia University Press, 2014.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE. **North Korea**. 2018. Disponível em: <<http://www.nti.org/learn/countries/north-korea/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

O'NEIL, Andrew. **Nuclear proliferation in Northeast Asia: the quest for security**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

PARK, Han S. Military First (Songun) politics: implications for external policies. In: PARK, KYUNG-AE. (Ed.). **New challenges of North Korean foreign policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 89-109.

ROZMAN, Gilbert. **Northeast Asia's Stunted Regionalism**: bilateral distrust in the shadow of globalization. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. Introduction. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center**: dynamics of regionalism in Northeast Asia. New York: M.E. Sharpe, 2006.

RUBLEE, Maria Rost. The nuclear threshold States: challenges and opportunities posed by Brazil and Japan. **Nonproliferation Review**, Monterey, v.17, n.1, p.49-70, mar. 2010. Disponível em: <https://www.nonproliferation.org/wp-content/uploads/npr/npr_17-1_rost_rublee.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

VISENTINI, Paulo F. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. p. 111-129.

VIZENTINI, Paulo F. **O mundo pós-guerra fria**: globalização, guerra ao terror e multipolaridade. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana**: o desconhecido socialismo Zuche. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

VIZENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 176-195, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00176.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

WIT, Joel; PONEMAN, Daniel; GALLUCI, Robert. **Going Critical**: the first Korean Nuclear Crisis. Washington: Bookings Institution Press, 2004.

ZHANG, Liangui. Coping with a nuclear North Korea. **China Security**, v. 2, n. 3, p. 2-18, Autumn, 2006. Disponível em: <<https://www.issuelab.org/resource/coping-with-a-nuclear-north-korea.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.